

# VIII SEMINÁRIO 2011 ANPTUR

02 A 04 DE OUTUBRO DE 2011

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI – BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC

Interpretação Do Patrimônio Ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu – apontamentos preliminares

Ana Solange Biesek – UDC, UFPR<sup>1</sup>  
Poliana Fabíula Cardozo – UNICENTRO, UFPR<sup>2</sup>

Resumo: Este estudo objetiva analisar as atividades de Interpretação Ambiental realizadas no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu. A Interpretação Ambiental encontra-se inserida nos Programas de Uso Público desenvolvidos em unidades de conservação, despertando no visitante o interesse pela compreensão, valorização e reflexão sobre os espaços visitados. Programas de interpretação ambiental exigem planejamento, técnicos capacitados para desenvolver as ações e recursos para implantá-las e mantê-las. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica e de campo. Conclui-se que, apesar de o Parque Nacional do Iguaçu possuir estrutura e vários projetos direcionados a educação e preservação ambiental, não há um Programa de Interpretação Ambiental harmônico que abranja todo o espaço possível de ser percorrido pelos visitantes.

Palavras-chave: Interpretação Patrimonial; Patrimônio Ambiental; Foz do Iguaçu; Parque Nacional do Iguaçu.

## Introdução

Muito se discorre sobre os conceitos que se usam correntemente em textos científicos e até mesmo em brochuras e outros materiais de divulgação turística, um exemplo disso é o vocábulo patrimônio. Além de muitas definições e conceitos para esta palavra serem obtusos em razão de uma visão estreita do que quer dizer cultura e meio ambiente (quase sempre estas palavras ou derivadas são companheiras do patrimônio) não se pensa muito frequentemente

---

1 Bacharel e Mestre em Turismo (UNIOESTE/UCS); Doutoranda em Geografia (UFPR); Docente do Curso de Turismo da Faculdade Dinâmica das Cataratas – UDC. [ana.biesek@udc.edu.br](mailto:ana.biesek@udc.edu.br).

2 Bacharel e Mestre em Turismo (UNIOESTE/UCS); Doutoranda em Geografia (UFPR/Uni-Mainz – bolsista sanduíche Capes Pdee); Docente e Pesquisadora do curso de Turismo (UNICENTRO). [polianacardozo@yahoo.com.br](mailto:polianacardozo@yahoo.com.br).

sobre a origem dessa palavra, que pode ser a chave para a compressão e posterior uso adequado em textos e ações.

A palavra patrimônio, de maneira geral, teria segundo Dominguez (1994) suas origens no latim, e significaria o legado advindo dos pais. O direito ampliara essa definição para os bens que o indivíduo consegue acumular por conta, sem abandonar o que é herdado. Ora assim pode-se entender que patrimônio de maneira geral é o que se herda e o que se acumula, e, se o que se herda é mantido, assevera-se que tenha valor. Pode-se aferir a idéia de patrimônio como algo que está em conjunto, que tem valor e assim sendo deve ser preservado.

O conceito de patrimônio tem evoluído e nas últimas décadas se converteu na “estrela” dos discursos teóricos sobre os bens culturais. Desde o fetichismo formalista à socialização do desfrute dos elementos patrimoniais, há uma distância, conceitualmente falando, que tem passado pela democratização do patrimônio cultural. Nesse processo, a interpretação está adquirindo um papel fundamental como meio para comunicar conteúdos culturais a um público cada vez mais numeroso.

Esta reflexão entende o patrimônio ambiental, como o acúmulo de bens relacionados ao meio ambiente natural de um povo, que lhe dota valor, no caso sendo tombado por meio de parques. Não raro patrimônio ambiental de uma localidade lhe dá de cor local suficiente para atrair visitantes: é quando esse patrimônio passa a ter interesse turístico. Muitas são as compreensões de patrimônio ambiental e o que se traz aqui é bastante simples mas eficiente para o que se propõe neste trabalho.

Trabalhar a visitação de patrimônio turístico não é missiva simples. Existem diversas formas de fazê-lo: das mais simples e nuas até as mais complexas envolvendo guias, textos, recursos áudios-visuais, atividades em diferentes horários do dia e da noite lançando mão das distintas imagens que se pode obter do cenário e etc. A esses recursos dá-se o nome de interpretação patrimonial: as possibilidades de trabalhar um patrimônio para a visitação expondo os mais variados níveis de informações visando a valorização do objeto de visitação e o visitante.

Esse artigo trata de descrever a interpretação do patrimônio ambiental de Foz do Iguaçu, Paraná, especificamente do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), as ações que são desenvolvidas na busca de uma maior interação com a comunidade, visando a sustentabilidade local.

Compreende-se a importância desses apontamentos preliminares ao considerar a relevância da interpretação patrimonial para a fruição turística de atrativos, sobretudo em um dos principais destinos turísticos do Brasil como Foz do Iguaçu e o seu principal atrativo: o Parque Nacional do Iguaçu. Com isso espera-se compreender mais e melhor como a visita ao parque pode ser melhorada, trazendo os benefícios da interpretação para todos os envolvidos nela: planejadores e gestores, moradores do entorno do PNI e da cidade e turistas.

Muitas são as formas de interpretar o patrimônio de maneira geral e especificamente o ambiental, este artigo propõe uma análise preliminar das formas usadas no Parque Nacional do Iguaçu e em que medida elas poderiam ser melhoradas e/ou ampliadas.

### **A interpretação do Patrimônio Ambiental: reflexões teóricas**

Pode-se dizer que a interpretação é um ato intimamente ligado à comunicação: interpretar é receber uma informação e compreendê-la para possivelmente repassá-la. Trazendo este entendimento à questão da visita ao patrimônio, a interpretação patrimonial, pode-se assumir que esta se encarrega de comunicar ao visitante o que aquele objeto de visita quer dizer: em termos temporo-espacial, e o que isso significa para o local onde se encontra. A tarefa parece bastante simples, mas não o é. Isso porque existem variados tipos de patrimônio, diferentes objetivos para com a interpretação e para isso muitas técnicas de comunicação. Todo esse esforço aguça a percepção do visitante, transporta-o muitas vezes no tempo, inunda-o com a cor local, valorizando assim a visita como um todo: o patrimônio que passa a ser compreendido amplamente e possivelmente após isso respeitado, e quem o visita se sente valorizado ao perceber que todo aquele esforço de comunicação teve como reto a sua compreensão do que é mostrado. É um convite à imaginação.

Interpretar o patrimônio pode ser uma possibilidade de converter uma visita em uma vivência, ampliando a compreensão e o contato, fazendo com que o visitante entenda a importância daquele ambiente não apenas para o turismo ou a comunidade em que ele está inserido, mas e, sobretudo em se tratando de patrimônio ambiental, também para toda a sociedade. A interpretação do patrimônio ambiental não raro pode assumir uma função de introdução à educação ambiental: sensibilizando inicialmente sobre o ambiente em que se está para depois tratar da necessidade e de como se preservar/conservar.

Como ferramenta a atividade pode ajudar sobremaneira a gestão da atividade turística em uma localidade e para tal deve ser considerada como parte-chave do planejamento turístico local no que tange às experiências do visitante e à integração do visitado com o turismo. Essa ferramenta pode certamente trazer muitos benefícios que vão muito além da fruição turística propriamente dita e tocar ao que tange à preservação e conservação da área protegida.

Algumas definições relacionadas ao assunto são preconizadas pelo ICOMOS (2008 p.2, tradução nossa) podem ajudar nesta reflexão, em que pese que o ICOMOS lida com patrimônio cultural, suas definições podem ser importantes para todos os que lidam com a interpretação do patrimônio como um todo:

Interpretação: se refere a todas as atividades potenciais realizadas para incrementar a conscientização pública e propicia um maior conhecimento do sítio de patrimônio cultural, neste sentido se incluem as publicações na imprensa e eletrônicas, as conferências, as instalações sobre o sítio, os programas educativos, as atividades comunitárias assim como a pesquisa, os programas de formação e os sistemas e métodos e avaliação permanente do processo de interpretação propriamente dito.

Apresentação: se centra de maneira mais específica na comunicação planejada do conteúdo interpretativo com ajuste à informação interpretativa, à acessibilidade física e à infra-estrutura interpretativa em sítios patrimoniais. Pode-se transmitir através de vários meios técnicos que incluem (mas não requerem) elementos tales como painéis informativos, exposições tipo museu, trilhas sinalizadas, conferências e visitas guiadas e páginas na internet.

Infra-estrutura interpretativa: referem-se às instalações físicas, os equipamentos e os espaços patrimoniais ou relacionados com os mesmos que se podem utilizar especificamente para os propósitos de interpretação e apresentação, incluindo as novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes.

Intérpretes do patrimônio: refere-se ao pessoal dos sítios patrimoniais que se encarregam de forma permanente ou temporal de comunicar ao público a informação concernente ao valor e à significação do patrimônio cultural.

Sítio de patrimônio cultural: refere-se a um lugar, uma paisagem cultural, um complexo arquitetônico, um sítio arqueológico, ou uma estrutura existente, que conte com um reconhecimento como sítio histórico e cultural e, geralmente, com proteção legal.

As adequações para o patrimônio ambiental são necessárias, pois os desafios dos gestores de áreas de preservação ambiental são enormes, e as reflexões sobre o patrimônio cultural, que já levam décadas, podem servir – dadas às adequações – como exemplos a serem seguidos.

O mesmo documento do ICOMOS (2008) conta com alguns princípios que devem nortear a atividade de interpretação patrimonial, a saber:

Acesso e compreensão: facilitar física e intelectualmente o acesso ao bem;

Fontes de informação: devem ser baseadas em fontes científicas;

Cuidados com o entorno e com o contexto: o bem deve estar contextualizado e não alijado do entorno;

Plano de sustentabilidade: em todos os aspectos que esta prevê;

Preocupação com a inclusão e participação: deve haver integração dos pesquisadores, comunidade local e outros agentes de interesse; e

Importância da pesquisa, formação e avaliação: requer atividades constantes para incremento do conhecimento sobre o bem e suas práticas.

Somado a esses elementos, a interpretação patrimonial dispõe de muitas técnicas, algumas podem ser mencionadas: a partir de uma divisão em duas categorias gerais: com pessoal ou sem pessoal. Entre aquelas com pessoal pode-se destacar: exposições, audioguias, trilhas, sinalização, publicações, exibição de vídeos, efeitos de luz e cores, e outras. As que requerem pessoal podem ser exemplificadas em: trilhas guiadas, atividades lúdicas, dinâmicas, demonstrações, dramatizações, eventos especiais, oficinas e outras. A escolha por uma ou outra(s) técnica é livre ao interpretador de acordo com o objetivo que tenha e também público alvo. Cabe mencionar que os destinos turísticos que intencionam (ou efetivamente já o têm) público internacional devem pensar na interpretação em idiomas estrangeiros para que ela possa fazer sentido ao público amplo que recebe. Por isso também conhecer o público alvo da ação e ter objetivos claros é altamente relevante para a atividade da interpretação patrimonial.

Santos e Alamo (2011) vão tratar especificamente da interpretação do patrimônio ambiental e explicar que ela pode ser de três formas, basicamente:

Interpretação Personalizada: cujas técnicas podem ser as de visitas guiadas e anúncios de empresas e concessionárias; Centro de Visitantes e Ecomuseus na qual as técnicas giram em torno exposições e mensagens interpretativas; e ainda Meios Pessoais sobre o Terreno que em termos de técnicas se reportam àquelas que lidam com painéis com mensagens e informações.

Nesse sentido, compreender a interpretação patrimonial é muito mais do que dominar os conceitos de patrimônio ou as reflexões sobre as vantagens românticas que essa atividade pode suscitar. Ela demanda atores específicos, conhecimento de público alvo para definir as

técnicas e com isso atender aos objetivos propostos e aos princípios gerais. Afirma-se assim que a interpretação patrimonial é sim uma forma de planejar a visita, e uma forma eficiente, pois proporciona todas as vantagens da preservação do patrimônio agregando uma experiência turística muito mais relevante para o visitante. Contudo, é uma forma de planejar que ainda não se discute amplamente no Brasil.

Mas, que tipo de informação deve constar na interpretação ambiental? Informações concernentes à formação geológica, espécies lá encontradas, transformações ocorridas naquele espaço, relações com a comunidade do entorno, divulgação de lendas e contos ou tradições que possam haver relativas à povos autóctones residentes ali, informações sobre os moradores do local, atividades que se realizam no seu âmbito, dados históricos do parque, se houver, e todas as outras que sejam relevantes para o visitante compreender o que aquele espaço é e representa.

Essas informações ditas de forma clara facilitam a compreensão da natureza do entorno, estimula a preservação e conservação do espaço, aumenta a satisfação do visitante e valoriza a visita, estimula a discussão das pessoas com os setores públicos sobre temas ambientais e no que diz respeito ao manejo das áreas de proteção, e outras.

Assim compreendido os retos preliminares da questão e algumas formas balizadoras, parte-se para o caso em estudo propriamente dito, para que se possa analisar a aplicação desses entendimentos na prática.

### **O Parque Nacional do Iguaçu e a Interpretação Ambiental**

O Parque Nacional por todas as particularidades descritas anteriormente recebeu o primeiro Plano de Manejo direcionado aos Parques no Brasil, consagrando como o maior e mais importante parque da bacia do Prata.

O Parque Nacional do Iguaçu abriga grande remanescente da floresta atlântica semi-decídua no Brasil. O parque protege uma rica biodiversidade que consiste na representação de espécies de fauna e flora brasileiras, algumas são perigosas, outras direcionadas a estudos científicos, outras para contemplação paisagística, em uma superfície total de 185.262,5 hectares, com um perímetro de aproximadamente 420 km, dos quais 300 km são limites naturais representados por cursos d'água, abrangendo juntos os lados brasileiro e argentino, aproximadamente 225 mil hectares (ICMBio, 2011).

Para visitação, cabe salientar que a maior atração do parque, são as Cataratas do Iguaçu, mas não é a única, o PNI ainda conta com a rica fauna, Poço Preto, o Salto do Macuco, o Centro de Visitantes, a Estátua de Santos Dumont – homenagem da VASP ao “Pai da Aviação”, que empenhou todo seu prestígio na transformação da área das cataratas em Parque Nacional (ICMBio, 2011).

No que se refere a Estrutura do Parque Nacional do Iguaçu, a sede administrativa do ICMBio no PNI, funciona a aproximadamente 1.100 metros do portão de entrada e conta com dois auditórios, uma biblioteca, área de conservação e manejo, assessoria de comunicação, áreas administrativas e financeiras, uma escola de Educação Ambiental denominada Escola Parque, 15 casas funcionais, Batalhão de Polícia Ambiental, oficina de manutenção da Unidade, laboratório básico de pesquisa e dois postos de informação e Controle. De acordo com o ICMBio (2011) alguns programas são desenvolvidos:

- Educação Ambiental: é uma estratégia muito utilizada para minimizar os problemas ambientais e contribuir para o manejo e proteção das Unidades de Conservação. Estas, por sua vez, facilitam e enriquecem o desenvolvimento de diversos programas de Educação Ambiental, pois representam muitas vezes a única área natural bem conservada de uma região. Neste contexto, a Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu/ Escola Parque, foi inaugurada em 26 de janeiro de 2000 pelo IBAMA – Parque Nacional do Iguaçu, com o objetivo de estimular atitudes em favor da conservação do meio ambiente, através de ações específicas com diferentes fatores sociais, mudar e reduzir os impactos provocados pelas atividades e costumes do entorno. As ações dos Programas da Escola Parque envolvem principalmente a comunidade dos quatorze municípios do entorno ao parque, como estudantes do ensino fundamental e médio, universitários, professores, líderes comunitários e associações.

- Entorno do PNI: As Unidades de Conservação só irão cumprir sua real função se houver uma aproximação e conseqüentemente a sensibilização da comunidade do entorno sobre a importância do ecossistema que a área protege. É indispensável ainda, que a sociedade civil local participe da elaboração dos planos e estratégias de gestão, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. No Parque Nacional do Iguaçu, além das ações de educação ambiental, pesquisa, proteção e fiscalização realizadas no entorno da Unidade, surge o turismo ecológico e a recreação em contato com a natureza como alternativa para o desenvolvimento

da área e conseqüentemente a integração da comunidade com a instituição administradora do Parque, o que vem gerar benefícios para ambas as partes.

- Pesquisa e monitoramento: A pesquisa científica em unidades de conservação é uma das prioridades para o desempenho dos objetivos aos quais essas áreas foram concebidas. As pesquisas são fontes progressivas de geração de conhecimento e possibilitam o melhor entendimento das questões que permitem o manejo dos recursos naturais, culturais e históricos da unidade. No Parque Nacional do Iguaçu, é um dos quatro setores incorporados à Área de Conservação de Manejo - departamento que coordena ações de manejo e proteção dos recursos naturais da unidade.

- Proteção: O Setor de Proteção do Parque Nacional do Iguaçu tem a função de proteger esse tão importante Patrimônio Natural da Humanidade, contra ações que prejudiquem a integridade de seu ecossistema, tendo como alvo principal o combate a extração de seus recursos biológicos, como a caça, a pesca e a retirada do palmito-juçara (*Euterpe edulis*). Para tanto, por meio de um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em conjunto com a Polícia Florestal são realizadas ações de fiscalização no interior e entorno do parque.

O parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro parque brasileiro a adotar o modelo de exploração do turismo em Unidade de Conservação, realizado em parceria com a iniciativa privada, por meio de concessões públicas. A parte do Uso Público, liberada para visitação, onde se encontram as áreas de concessão e as Cataratas, tem aproximadamente 3% da área total do Parque. De acordo com ICMBio (2011), as concessões estão distribuídas da seguinte forma:

- Cataratas do Iguaçu S.A: Concessão do Centro de Visitantes, Lojas de souvenirs, Espaço Naipi, Espaço Tarobá, Restaurante Porto Canoas e Lanchonetes.

- Macuco Ecoaventura: Concessão da Trilha do Poço Preto, Trilha das Bananeiras e Linha Martins.

-Macuco Safari: Concessão do passeio do Macuco Safari.

- Cânion Iguaçu: concessão das atividades de arvorismo, rapel, escalada e tirolesa.

- Helisul Táxi Aéreo Ltda: Concessão do Sobrevôo sob as Cataratas do Iguaçu.

-Grupo Orient Express: Concessão do uso do Hotel das Cataratas.

O acesso ao PNI se dá através do Centro de Visitantes, localizado em área externa da unidade, possui duas plataformas, uma interna e outra externa, para embarque e desembarque dos visitantes.



O transporte de visitantes no interior do parque é feito em treze modernos ônibus sendo oito panorâmicos, double-deck, e 5 articulados. O sistema de combustão dos ônibus está adequado às normas do CONAMA e EURO no que se refere à emissão de gases poluentes e ruídos.

Busca-se através do Setor de Proteção manter a integridade do PNI frente às mais diferentes fontes de ameaça à sua rica diversidade biológica, bem como a de seus visitantes, funcionários e pesquisadores. A pesquisa científica é uma das prioridades para o desempenho dos objetivos aos quais essas áreas foram concebidas. De acordo com ICMBio (2011) destacam-se os seguintes projetos no PNI:

- Projeto Carnívoros do Iguaçu, desenvolvido em parceria com o CENAP/ICMBio, Pró-Carnívoros, Ipê e Proyecto Yaguaretê, na Argentina. Seu principal objetivo é o estudo e a conservação das onças-pintadas na porção oeste paranaense e em seu contíguo florestal com o lado Argentino, o corredor verde.

- Programa aqualguaçu, responsável pelo monitoramento dos efluentes gerados na área de Uso Público desta unidade de conservação.

- Escola de Educação Ambiental – Escola Par que – responsável pelo setor de educação ambiental do Parque e vem desenvolvendo projetos, principalmente com os municípios do entorno do Parque.

- Projeto Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu: destinado a escolas, universidades, ONGs, clubes de mães, grupo de terceira idade e outros que possuam interesse em conhecer a Unidade e se aprimorar nos conhecimentos que a região oferece, tendo como ferramenta a educação ambiental.

- Projeto Moradores do Parque: objetiva melhorar as relações das pessoas que moram dentro ou vizinhas à unidade de conservação, nos municípios de Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Matelândia com o Parque.

- Projeto Ecotrilha Céu Azul: A Ecotrilha está localizada no Posto de Informação e Controle – PIC, de Céu Azul e tem um percurso de 800 metros de extensão, possibilitando que seus visitantes conheçam uma amostra da biodiversidade do Parque.

- Programa de Voluntariado do PNI: abre espaço em seus setores, projetos e programas para que o trabalho voluntário da sociedade se concretize, integrando homem-natureza.

- Projeto Quatis do Parque: projeto que envolve os moradores jovens do Parque, envolvendo discussões teóricas e práticas sobre os temas ligados ao meio ambiente e ao Parque, buscando maior integração entre eles e a unidade de conservação.

- Projeto Semana do Meio Ambiente: realização de atividades de educação, informação e sensibilização ambiental realizadas pela equipe do PNI e coordenada pela Escola Parque.

No que se refere a Gestão Participativa do PNI é viabilizada pelos conselhos gestores, com objetivo de tornar o espaço de gestão ambiental um lugar de ensino-aprendizagem através da integração do conhecimento tradicional/local com o científico, construindo assim um instrumento técnico-administrativo que se estabelece com as parceiras, os grupos de trabalhos, câmaras técnicas multidisciplinares e interinstitucionais, fortalecendo o planejamento e execução de ações participativas responsáveis na unidade de conservação. Também se destaca o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu- CONPARNI, formado por um grupo de 37 representantes da sociedade civil, do governo e comunidade ligada ao Parque e tem por objetivo organizar, informar e dar sugestões às diversas atividades relacionadas ao Parque.

Dentro do PNI existem diversas atrações turísticas que propicia aos visitantes sentir toda a energia da região. O Macuco Safári oportuniza contato e observação das Cataratas através de um passeio de barco bimotor que sobe as corredeiras do Rio Iguaçu a menos de cinco metros das quedas. O Cânion Iguaçu oferece atividades radicais, como arvorismo com tirolesa, rafting nas corredeiras do Rio Iguaçu, rapel de 55m de altura e escalada nos paredões de rochas com vista panorâmica das Cataratas. As trilhas Ecológicas podem ser contempladas através do Macuco Ecoaventura, que se constitui em passeio ecológico para conhecer espécies encontradas somente na região do PNI. O passeio pode ser feito a pé, de bicicleta ou em carros elétricos em trilhas e áreas de navegação onde a natureza é protegida. Também existe opção de um passeio de helicóptero, em que os sobrevôos possibilitam dimensionar a paisagem e observar as quedas d'água por cima.

### **Considerações Finais**

Visando o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio perfeito entre o homem e a natureza, o Parque Nacional do Iguaçu é o primeiro parque brasileiro que adotou a metodologia de um Plano de Manejo em constante atualização de acordo com as exigências e necessidades surgidas. Todo o território do parque encontra-se dividido em zonas de áreas diferentes, gerindo programas específicos em cada uma das atividades.

A preocupação ambiental inicia-se com o cuidado que se tem na produção de mínimo impacto pelo público visitante, o que é demonstrado pelo acesso por meio de ônibus

panorâmicos não poluentes, com velocidade controlada, que durante o passeio possui sistemas de comunicação que informa sobre cuidados com o ambiente e a infra-estrutura turística.

O parque dispõe de passeios turísticos, nos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, por meio de rafting, rapel, trilhas, passeios contemplativos utilizando-se de bicicletas, possibilitando observar e sentir a natureza. A busca pelo desenvolvimento sustentável através de ações nos municípios de entorno do parque, visando a inserção da comunidade em programas ambientais e econômicos, com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e utilização do sistema de cooperação de pequenos e grandes produtores rurais e destaque para o corredor de biodiversidade.

Percebe-se por meio da estrutura existente que existem algumas ações de interpretação ambiental, porém isoladas, evidente no centro de recepção, através da exposição permanente da fauna e flora, nas placas de interpretação que sinalizam e informa o turista, nas trilhas ambientais, nos programas de sensibilização ambiental, porém torna-se necessário desenvolver um programa de interpretação ambiental harmônica e coerente com toda a estrutura do parque, que possa induzir e despertar o visitante a uma vontade maior de entender, compreender e valorizar mais o espaço que visita.

Além da preocupação com a educação ambiental, é necessário, a conciliação da educação ambiental com o lazer, o que pode ser feito através da técnica de interpretação ambiental, considerada como uma tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum das pessoas, fazendo com que percebam um mundo que nunca tinham visto antes, demonstrando maior interesse e valorização pelos espaços percorridos.

## Referências

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. U.I.C.N. Red Latioamericana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Areas Protegidas, Flora y Fauna Silvestres. **Las Areas Naturales Protegidas de la Argentina**. Buenos Aires, 1998. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. IBAMA, **Parque Nacional do Iguaçu - Plano de Ação Emergencial**. Brasília: IBAMA, 1994.

DOMINGUEZ, L. N. **Relevamiento turístico**: propuesta metodológica para el estudio de una unidad territorial. Santa Fé (Argentina): Centro de estudios turísticos Instituto superior de turismo Sol, 1994.

ICOMOS. **Carta ICOMOS para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural**. Quebec (Canadá), 2008. Disponível em:

[http://www.international.icomos.org/charters/interpretation\\_sp.pdf](http://www.international.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf). Com acesso em 23 de fevereiro de 2011.

IBAMA - **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br> Acesso desde março de 2011.

SANTOS, Maria Muñoz; ALAMO, Javier Benayas Del. **Evaluación de la interpretación de parques nacionales**: o saber que hacemos, como lo hacemos y como mejorarlo. Boletín de interpretación. N. 23. Espanha. s/d. Disponível em:

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/boletin/index.php/boletin/article/viewFile/247/247> coma acesso em abril de 2011.